

Brasil e bancos credores fecham acordo da dívida

Foto de J. França

BRASÍLIA — O Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, comunicou ontem ao Presidente Sarney a assinatura de um protocolo de reescalonamento da dívida externa de médio e longo prazos com os bancos credores. A seguir, em entrevista coletiva, Mailson classificou o entendimento, divulgado oficialmente ainda ontem, como o maior acordo financeiro da história do País. São US\$ 80 bilhões envolvidos no processo de refinanciamento do principal da dívida, em linhas de curto prazo e em novos empréstimos.

De acordo com o Ministro da Fazenda, trata-se também do melhor acordo já feito por um País devedor do Terceiro Mundo com os seus credores, removendo o principal obstáculo à normalização das relações brasileiras com a comunidade financeira internacional e eliminando incertezas na economia do País:

— O acordo ajudará na recuperação dos investimentos e na retomada de taxas históricas de desenvolvimento econômico e social do País.

O acordo prevê o reescalonamento da dívida brasileira vencida e por vencer no período de 1987 a 1993, no valor de US\$ 63,6 bilhões, pelo prazo

de 20 anos, com oito de carência. Os bancos fornecerão fornecer US\$ 5,8 bilhões de "dinheiro novo" ao País, dos quais US\$ 600 milhões direcionados para as linhas comerciais e interbancárias de curto prazo. O **spread** (taxa de risco) acertado foi de 0,8125%, adicionado à **Libor**, que passa a reger todos os empréstimos externos brasileiros.

Na entrevista de ontem, ladeado pelos dois negociadores oficiais da dívida externa, Sérgio Amaral, Secretário de Assuntos Internacionais da Fazenda, e Antônio de Pádua Seixas, Diretor do Banco Central, Mailson da Nóbrega assegurou que esta é a primeira vez que um país devedor obtém um acordo que não vincula automaticamente os desembolsos dos recursos dos bancos e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Com o acordo, segundo o comunicado oficial, o Brasil fará uma economia de US\$ 900 milhões no pagamento de juros, este ano, e de US\$ 2,5 bilhões até 1993. Outro avanço apontado pelo Ministro é a imunidade conferida às reservas cambiais brasileiras, em caso de nova declaração de moratória pelo Brasil.



Mailson comunica a Sarney assinatura do protocolo de reescalonamento